

Revitalização e línguas silenciadas: voltar a que língua?**Revitalization and silenced languages: back to which language?**

Tania Conceição Clemente de Souza¹
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Resumo

O trabalho se insere no âmbito da política de línguas originárias e tem como objetivo maior investir na discussão sobre o movimento de retomada/revitalização de línguas silenciadas, movimento crescente entre os povos originários. Pelo viés teórico da Análise de Discurso, coloca-se em pauta a necessidade de revisão de certos conceitos como os de línguas extintas, línguas mortas; reconstituição histórica de uma língua; identidade e fluência de uma língua. Em seguida a essa discussão, propomos a formulação dos conceitos: línguas silenciadas; identidade etno-discursiva; falante e usuário; o real da língua X irreal da língua. Por fim, conclui-se pela necessidade de se investir numa nova ordem, a que permeia as políticas linguísticas dos índios, que se opõem às políticas linguísticas para os índio, no trabalho de retomada de línguas silenciadas.

Palavras-chave: Línguas silenciadas. Política Linguística. Línguas originárias

Abstract

This work falls within the scope of the language policy with originary languages and it presents as the major objective to invest in the discussion about the movement to retake/revitalize silenced languages, a growing movement among originary peoples. Through the theoretical lens of Discourse Analysis, we discuss the need to review certain concepts such as extinct languages, dead languages, historical reconstitution of a language, identity and fluency of a language. Following this discussion, we propose the formulation of the concepts: silenced languages; ethno-discursive identity; speaker and user; the real of language vs. the unreal of language. Finally, we conclude with the need to invest in a new order, that permeates the language policies of the indigenous, which are opposed to language policies to the indigenous, in the work of retake silenced languages.

Keywords: Silenced languages. Language Policy. Origin languages

Introdução

O homem branco, aquele que se diz civilizado, pisou duro não só na terra, mas na alma do meu povo, e os rios cresceram, e o mar se tornou mais salgado porque as lágrimas da

¹ Docente do Departamento de Antropologia do Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Orcid <https://orcid.org/0000-0001-6782-7465>. Email: taniaclemente@gmail.com

minha gente foram muitas. (Cibae Eurororo, índio Bororo)

A Década Internacional (2022-2032) instituída pela UNESCO visa assegurar aos povos autóctones o direito de preservar, revitalizar e promover as suas línguas, e integrar os aspectos da diversidade linguística e do multilinguismo nos esforços de desenvolvimento sustentável. A partir dessa iniciativa, projetos voltados ao trabalho de revitalização de línguas já consideradas extintas ou em vias de extinção têm início. É possível reconstruir uma língua cuja fluência já se esgotou? Que fatores de ordem política estão implicados num processo de retomada/revitalização? Que estratégias de ordem metodológica seriam acionadas? Essas são questões que recortam a pauta sobre retomada/revitalização de línguas originárias e delineiam aqui alguns de nossos objetivos. Nossa reflexão toma por base teórica a escola materialista de discurso, fundada por Michel Pêcheux.

A iniciativa da UNESCO² decretando a década das línguas indígenas se institui a partir do reconhecimento de que há, hoje, em torno de um total de 7000 línguas faladas no mundo, das quais aproximadamente a metade não mais será falada após algumas gerações, que não estarão mais sujeitas a adquiri-las como primeira língua. São estas as chamadas “LÍNGUAS AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO” (UNESCO’s Atlas of the World’s Languages in Danger (2011)).

É possível reconstruir uma língua cuja fluência já se esgotou?

A reconstituição de uma língua, pelo viés da Linguística Histórica, visaria, possivelmente, a uma protolíngua, de base hipotética. Por princípios de outras vertentes da Linguística, o que se tem verificado em termos das estratégias mais comuns é o recolhimento de um vasto léxico oriundo de línguas com a mesma filiação, quando se procede à comparação para recuperar/ratificar a classificação linguística e se investir numa primeira sistematização dos sons e processos fonológicos. Uma língua não se faz só com listas de palavras. Nem podem ser tomadas como objetos-ficção, sem fluidez. (Orlandi e Souza, 1988)

Uma fluidez que escapa durante um processo de reconstrução de uma língua revela um idealismo que projeta uma “língua de direito; científica”, como discutida em Gadet e Pêcheux (1981), mas não legitima o direito à língua, com toda a sua historicidade (cf: Souza, 2022a). Entre a língua de direito e o direito à língua, trava-se um embate desigual entre a formação social do linguista e a formação social do índio, num jogo em torno de um erro ao mesmo tempo filosófico e político, como diz Gadet e Pêcheux (idem) sobre o propósito de reconstrução de uma língua em bases idealistas. (Souza idem)

Não há como ignorar a tensão entre o real da língua (que língua? a materna? a extinta?) e o real da história. Enquanto privilegia-se o foco no discurso da extinção das línguas, investe-se em projetos de revitalização que escapam *até* à construção de objetos-ficção ao fazerem das línguas “objetos ideológicos”. São esses os objetos que “apenas

² A princípio parece louvável a iniciativa da UNESCO, mas que tipo de projetos vem sendo colocado em prática para a revitalização das línguas? Aqueles que alojam indivíduos num hotel e têm lugar workshops com pesquisadores de vários países recolhendo dados, “doados” por escrito??

existem como relações de forças historicamente móveis, como movimentos flexíveis que são surpreendentes por causa do paradoxo que eles possuem.” (Pêcheux 2011, p. 97). Um grande paradoxo: surgem projetos em prol da manutenção ou revitalização das línguas ameaçadas de extinção e tomam como chancela a UNESCO, mas que se resumem à coleta de dados isolados, fragmentados, sem qualquer historicidade, todos *in vitro*.

Projetos de revitalização e retomada

Há tempos, são vários os entraves para os indígenas manterem o fortalecimento de suas práticas culturais e de suas línguas. Ambas as práticas se entrelaçam e, quase sempre, o silenciamento das línguas silencia também a vitalização da cultura. Hoje em dia, após muita luta pelo reconhecimento de seus direitos, os povos vêm buscando reafirmar sua identidade étnica pela valorização da língua. Nesse sentido, a definição de identidade étnica não basta para significar esse direito à língua. Quando Souza (2022b, entre outros) define o conceito de língua silenciada, por oposição à língua morta ou extinta, propõe também o conceito de identidade etno-discursiva. “Na contramão do desejo do Estado, está a luta pelos direitos dos povos originários à língua e à identidade etno-discursiva. A importância de se trabalhar em prol da retomada/revitalização de línguas indígenas, nos faz pensar na constituição de uma identidade discursiva, aquela que se institui na e pela(s) língua(s)” (Souza 2024).

Quanto à identidade indígena, esta em geral é discutida pelo viés étnico, quando se constata a preservação de manifestações culturais, de organização social, de relações de parentesco, de herança de espólio matrilinear ou patrilinear e da própria denominação étnica. Levando em conta toda a situação das línguas indígenas instaurada pelo confronto trazido pelo trabalho de colonização, em termos discursivos, podemos, então, pensar numa constituição da identidade indígena por outro viés, que não seja estritamente o étnico, mas sim pela(s) *língua(s)*. Um dos critérios oficiais do Estado para reconhecimento dos povos indígenas – e aí reafirmar os direitos destes previstos na Constituição brasileira – é o domínio da língua indígena. Por esse critério, muitos desses povos originários correm o risco de ficarem alijados das políticas indigenistas e de seus direitos. A retomada da língua indígena (seja qual for) vem, assim, em confronto com tal critério, num movimento político de reafirmação da identidade indígena em termos linguísticos e discursivos, e não apenas pela etnia. (Souza, 2022b, p. 26)

Há projetos de revitalização de línguas para os indígenas e há projetos de revitalização de línguas dos indígenas. *Não são a mesma coisa*. Antes mesmo de a Década ser decretada, várias iniciativas partindo dos que vêm se declarando indígenas e dos demais que sempre se auto identificaram indígenas estão engajados em processos de ressurgência ou de retomada de uma língua indígena.

É o caso, por exemplo, dos Tupiniquim do Espírito Santo que retomaram o Tupinambá como língua materna. Ou como a atitude dos Baré, na região do Alto Rio Negro,

que, por um bom tempo, não queriam mais se identificar como indígenas, mas que no Censo IBGE (2010) se autodeclararam Baré e declaram/retomam como língua materna o Nheengatu. Esses são casos de retomada de uma língua indígena, sendo esta alheia, muitas vezes, a uma filiação linguística a sua língua étnica já silenciada³.

Outras iniciativas estão envolvidas num trabalho de ressurgência da língua, sob determinadas condições de fluência. É quando se pode contar com lembradores, avós, pais, etc que passam a atuar, em geral, nas escolas bilíngues, ministrando aulas de retomada da produção de objetos etnográficos. (Cf. Silva, 2020; e Torchi *et al.* 2021).

O trabalho de fortalecimento linguístico e cultural junto aos Terena é exemplo de uma política de línguas *dos índios*. Várias ações contribuem à eficácia desse trabalho: formação continuada de professores para o trabalho com a língua, produção de material de alfabetização, retomada da produção de artesanato, oferta de oficinas, danças, aulas de música. É “todo um conhecimento guardado na memória dos mais velhos” que sustenta a possibilidade de empreendimentos de várias atividades certificadas, inclusive, com o ganho de editais de fomento à cultura de livre concorrência” (Silva, 2020, p. 56).

Embora, o trabalho junto aos Terena, cuja maioria dos mais jovens não falam mais a língua, venha obtendo bons resultados, em outras áreas, nem sempre é assim.

Uma hora de aula de cultura por semana! Os complexos sistemas de conhecimento indígenas vêm sendo transformados em “fiapos de cultura. (Fala da professora Marta de Azevedo, professora de escola indígena intercultural, *apud* Galois, 2016, p. 134)

Não são apenas as línguas indígenas que são silenciadas. Há um apagamento contínuo dos saberes ancestrais, das práticas culturais, dos cânticos, que decorrem de políticas do Estado *para os indígenas*: são novos os tempos e são novas as políticas, como afirma Carneiro da Cunha (2016), quando em movimento estão “uma micro e uma macropolítica”, voltadas à integração dos índios a nossa sociedade.

Políticas de integração

A necessidade de políticas de integração toma como argumento o não desaparecimento dos índios, instituindo-se ações voltadas a esse fim. Em Carneiro da Cunha (2016), há o relato de que, em 1930, um embaixador brasileiro disse a Lévi-Strauss que os índios já teriam desaparecido, não fossem ações integradoras. Dessas ações, resulta um processo massivo de aculturação.

Apresentado como inelutável, esse fato não era, no entanto, movido por mãos invisíveis, por uma lei da ciência social em que acreditavam os positivistas (e até hoje muitos remanescentes). O

³ Souza (2022b) discute o conceito de língua materna, dentro do movimento de políticas linguísticas dos índios, tomando como epígrafe a frase do aluno Emerson Nascimento: “Sou Baré e minha língua materna é o Nheengatu”. A língua Baré é filiada à família Aruak e o Nheengatu é de base Tupi. Essa distinção é irrelevante para uma política de retomada de língua, seja qual for.

“desaparecimento” dos índios não era uma “evolução natural”, era o resultado de uma micro e macropolítica. (Carneiro da Cunha, 2016, p.11)

A macro política tem na base um movimento contínuo de denominações: o índio específico passa a índio genérico; de índio genérico passa a caboclo, assinala Darci Ribeiro (1970). Acrescento aqui a classificação de Censos do IBGE, quando se utiliza da nomeação/identificação da população por cor: *brancos, pretos, amarelos e pardos*, estes últimos englobando os que se declararam mulatos, caboclos, cafuzos, mestiços, mamelucos e os índios que viviam em aldeamentos ou postos indígenas. Essa individualização/discriminação se faz desde o Censo de 1940 até o Censo de 1980 (excetuando o censo de 1970). São processos de denominação que fundamentam “o real da história. O real é o impossível... que seja de outro modo.” (Pêcheux, 1990, 29).

O real dessa prática política que sustenta toda e qualquer identificação nos leva a pensar em Pêcheux o discurso como dependente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe. Todo discurso marca:

a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos: todo discurso é índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (...) de deslocamento no seu espaço: não há identificação plenamente bem sucedida, isto é, ligação sócio-histórica que não seja afetada, de uma maneira, ou de outra por uma “infelicidade” no sentido performativo do termo – isto é, no caso, por um “erro de pessoa”, isto é sobre *o outro*, objeto da identificação. (Pêcheux, 1990, p 37).

O efeito desses deslizamentos semânticos, produzidos no curso da história, bem mais do que instaurar um processo de individuação (como nos diz Orlandi, 1987), dá lugar ao desaparecimento do índio, não por evolução natural, mas pela força jurídica de inúmeros artefatos políticos: a identificação da pessoa como *o outro*. Um *outro* constantemente “esquecido” sob o mecanismo de apagamento nas certidões de nascimento e de óbito, nas quais não constam, em geral, os nomes indígenas. Os nomes de batismo têm registro, os nomes étnicos de benzimento são apagados.

No bojo da micropolítica se alojam ainda “as ferramentas e mercadorias em geral, que introduziam desejos e necessidades novas; e as missões, os internatos, as escolas, a proibição de rituais e de falar línguas indígenas, o fim das malocas coletivas, a “modernização” das casas ou das plantas das aldeias: “uma política que se centrava no sequestro dos jovens que se endoutrinavam”. (Carneiro da Cunha, 2016, p. 145).

Lembro aqui das palavras de um sábio ancião Bakairi, Egufô Militão, quando em 1985 presenciei uma discussão entre ele e um grupo de jovens. Estes reclamavam que não conheciam toda a história dos Kurâ Bakairi, por que que ele que sabia de tudo não lhes ensinava? Egufô respondeu: “eu sou a escola, é os alunos que têm que vir até a escola”. Egufô já tinha se queixado comigo dos jovens que não queriam mais saber sobre o seu povo, porque “eles estão tudo acostumado com a aldeia arruada.” As terras Bakairi foram planificadas pelo Estado, divididas em ruas e casas equidistantes e numeradas. Egufô se

recusou a viver nessa nova configuração da aldeia arruada, e morava sozinho num pequeno sítio no meio da mata. (Souza, 1994)

Nos dias de hoje, persiste a proibição de rituais e de falar as línguas indígenas; persiste também o doutrinamento. Pelos cânones da evangelização, puniam/punem severamente os que pronunciavam/pronunciam a sua língua, criando-se, assim, o “pecado idiomático”, que proíbe o uso de uma língua pagã, língua do diabo. Em voga está, também, uma outra forma de “sequestro”: em nome do salvamento de línguas, sequestram-se dados de línguas para abastecer celeiros de palavras – meras amostras de línguas - no exterior. Continua-se, como os velhos cronistas e viajantes, a se colherem as línguas como se colhem as flores, como diz Orlandi (1990), e “fabricam-se línguas imóveis, sem fluidez”. Assim como há o imaginário de que as terras indígenas são terras de ninguém, projeta-se, também, o imaginário de que as línguas indígenas são de ninguém.

Políticas de ressurgimento de línguas silenciadas: voltar a que língua?

É possível fazer ressurgir uma língua? As línguas são dinâmicas, fluem e migram como propomos para o conceito de língua silenciada. Migram e de alguma forma deixam sempre um lastro de significância. A começar pelo nome do povo que recobre o nome da língua. Toda vez que se repete o nome de uma língua silenciada – Baré -, há toda uma memória da língua inscrita nesse enunciado. Há, assim, uma permanência de significados no nome de artefatos, de plantas, de lugares e de certas expressões.

Um trabalho em função da ressurgência de línguas não chega a lugar nenhum com a coleta de itens isolados de uma outra língua, com a mesma filiação linguística. Existe uma memória da língua e na língua, inscrita na prosódia, no que pode e não pode ser dito, na sintaxe, na textualidade e na própria atualização da formulação dos sentidos. Que momento da memória da língua se quer, então, recuperar? Reside aí um dos equívocos das políticas linguísticas *para indígenas*. O equívoco faz irromper o acontecimento: políticas indígenas *dos indígenas*.

Memória de pertencimento à língua

Além da memória da língua, existe a memória de pertencimento à língua. A concepção de materialidade discursiva com a qual trabalhamos parte de Pêcheux (2011), associada ao trabalho da memória (Souza, 2024):

nível de existência sócio-histórica, que não é nem a língua, nem a literatura, nem mesmo as “mentalidades” de uma época”, mas que remete às *condições verbais* de existência dos objetos (científicos, estéticos, ideológicos...) em uma conjuntura histórica dada”. (Pêcheux, 2011, p.151-152)

“materialização do trabalho da memória: a memória da língua e a memória de pertencimento à língua. Há a inscrição de uma memória do dizer no tecido da língua, numa contextualização sócio-histórica.

É nessa dimensão discursiva que o sujeito se reconhece como falante de sua língua.” (Souza, 2024)

Numa língua silenciada, mas uma vez (re)trabalhada por sujeitos que se reconhecem na memória de pertencimento à língua, inscreve-se uma outra materialidade discursiva e também linguística. A língua Patxohã, em certo alcance, teve êxito no trabalho de seu ressurgimento, como relata Awoy Pataxó⁴. Levou um bom tempo para os pataxós, junto com professores, fazerem um levantamento de palavras Pataxó ainda em curso e se dedicarem ao estudo de línguas filiadas ao Macro-Jê, faladas na mesma região e, a partir daí, emprestando frases, construindo textos até chegar à retomada da língua Pataxó, como ela se inscreve hoje, com sua materialidade linguística própria e com sua materialidade discursiva constituída com o movimento de retomada. Com esse tipo de reconstituição, se reafirma uma identidade etno-discursiva, como venho definindo, aquela que se constitui na e pela língua.

Quanto ao trabalho de coleta de dados, e quanto à proposta da Década, recupero aqui algumas falas de dois participantes do 37º. Enanpoll: Aline Kayapó e Gilson Tapirapé.

A retomada de língua diminuirá o processo de extinção, como se esse não fosse milenar? Uma retomada na base de conhecimentos que não são os nossos, quando tratam as línguas originárias como um protocolo, um processo para as universidades? Quem são os povos que vivem nesse Estado? Os povos indígenas são disfarçados de povos. Precisamos descaravelizar nossas vidas! (Aline Ngrenhatabare Kaiapó)

Sobre a coleta de dados, descontextualizados, armazenados em qualquer lugar, Gilson Tapirapé reconhece as falhas dessas ações que acontecem na academia como projetos de sustentabilidade linguística e cultural, segundo ele.

Quando se pergunta ao índio, como se diz cocar, é preciso entender que cocar não é só uma palavra. Quando falamos na escola a palavra cocar é trabalhar conhecimento. Há muito tempo, os Tapirapé não faziam mais cocar, porque nunca se interessaram em aprender. Apenas uma pessoa, o Txário, sabia fazer e, aí, ele passou a ensinar de novo aos Tapirapé como se faz o cocar. Quando falamos cocar é diferente de quando um pesquisador escreve a palavra cocar. (Gilson Ipaxi'awyga Tapirapé)

Os sentidos são históricos e perpassados pela memória. Gilson usava um cocar e, ao terminar sua fala, fez questão de dizer com muito orgulho: “este cocar fui eu que fiz”. Um outro exemplo da forma como compreendo o trabalho da memória se ilustra com uma frase de Irani Barbosa Macuxi⁵, sem fluência na língua materna: “Professora, tenho muita pena de não saber falar a minha língua.” Durante o encontro do V COIMI, no qual eu e ela estávamos presentes, alguém se aproximou de nós falando uma frase em língua indígena.

⁴ Voltair Alves dos Santos, Awoy Pataxó, aluno do Mestrado em Linguística e Línguas Indígenas. Museu Nacional/UFRJ

⁵ Mestrado em Linguística e Línguas Indígenas. Museu Nacional/UFRJ

Perguntei o que ele dizia, Irani disse que não era Macuxi! Eis aí, em funcionamento a identidade etno-discursiva pelo trabalho da memória.

E é a partir desse funcionamento que venho discutindo em alguns trabalhos (Souza, 2021) a distinção entre falante e usuário⁶ no universo de falantes das línguas originárias. Já apontamos que uma das causas para o silenciamento das línguas indígenas reside, dadas as condições históricas do confronto, na adoção do português – língua de dominação – como língua franca e de comunicação no dia a dia em nosso território. Mais uma vez, reitero falar de enfrentamento, de confronto entre povos e línguas – e não de contato.

E relego o português à condição de língua franca. Mesmo para aqueles que não têm mais fluência em sua língua étnica, face à imposição histórica do português a todos os povos indígenas. Baseada na noção de identidade etno-discursiva, defino todo e qualquer indígena como falante indígena, mesmo no caso de sua língua ter sido silenciada e pelo funcionamento de uma memória de pertencimento a um determinado povo e a uma determinada língua. “Sou Irani Macuxi e sinto muita pena de não falar a minha língua.”

Listas de palavras e o *irreal* da língua

Que sentidos podemos atribuir a essas listas de palavras vazias de historicidade?

Não podemos pensá-las como línguas imaginárias, pois não chegam a ser “línguas-sistemas, normas, coerções... a-históricas. (Orlandi e Souza, 1988). Talvez não possamos considerá-las nem línguas de Marte, da lógica. “As máquinas lógicas fabricam, hoje em dia, suas próprias memórias para melhor apagarem a dos povos...” (Gadet e Pêcheux, 2004, p.23). As listas de palavras, de fato, servem ao propósito de apagar a memória das/nas línguas originárias, mas não chegam a ser línguas. Nada têm de científico. Projetam o que vamos chamar de *o irreal das línguas*.

O *irreal da língua* difere do indizível, do interdito. O *irreal da língua* é constituído pela falta da memória da língua e da memória de pertencimento à língua.

Conclusão

Voltar a qual língua?

⁶ Parto da noção de usuário formulada em Orlandi (2012) e estendo essa noção ao âmbito da política das línguas originárias. “Se, com o Estado/Nação as noções que mobilizamos é de língua oficial, língua nacional e cidadania, hoje, na nova forma social, falamos em “usuários” (E. Orlandi, 2011), em múltiplas línguas, em falares, em dialetos, em comunidades etc. Se antes devíamos abandonar o falar local, a língua materna, pela noção de unidade, a nacional, hoje nos fragmentamos em falares locais, dificilmente visíveis, pouco conhecidos (não gramatizados), enquanto do outro lado, paralelamente, flui livremente, sustentado por uma enorme quantidade de instrumentos linguísticos, e com toda a visibilidade e apoio tecnológico a língua franca “universal” da comunicação e do conhecimento: a língua única (nas condições atuais, o inglês). Língua dominante não só no espaço digital, o espaço da multidão de usuários (Orlandi, 2012, p. 15).

Historicamente, não voltamos mais a uma língua *primeira*. Assim como hoje em dia, não falamos mais o português do século XVI que nos foi imposto, também não se pode cobrar dos que se engajam em uma política linguística dos *indígenas* a ressurgência de uma língua com os mesmos traços de uma outra língua, a que já foi silenciada: muitos especialistas cobram pela prosódia, pelo ritmo e até pela sintaxe e afirmam ser impossível retomar uma língua.

Discutir uma nova ordem?

Existe uma outra ordem no trabalho de retomada das línguas originárias: recorre-se a lembradores, ressignificam-se as antigas listas de palavras de cronistas e viajantes, toma-se emprestado as línguas irmãs faladas do entorno dos territórios, há, ainda, a memória da língua em pequenos cânticos, nas línguas cantadas.

Enfim, uma nova ordem que impede de trabalhar o *irreal da língua* e ignorando este irreal como mais um dos artefatos da micropolítica.

Referências

CARNEIRO-DA-CUNHA, Manuela; CESARINO, Pedro de Niemeyer (Orgs). **Políticas Culturais e povos indígenas**. São Paulo, SP: Editora UNESP, 2016

GADET, François; PÊCHEUX, Michel. **La langue introuvable**. Paris: Maspero, 1981. p. 223.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. **A língua inatingível**. Tradução: Bethania Mariani; Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas, SP: Pontes Editores, 2004

GALOIS, Dominique Tilkin. A escola como problema: algumas posições. In: CARNEIRO-DA-CUNHA, Manoela; CESARINO, Pedro de Niemeyer (Orgs). **Políticas Culturais e povos indígenas**. São Paulo, SP: Editora UNESP, 2016

ORLANDI, Eni; SOUZA, Tania C. C. de. A língua imaginária e a língua fluída: dois métodos de trabalho com a linguagem. In: ORLANDI, Eni P. (org.). **Política Linguística na América Latina**. Campinas, SP: Pontes Editores, 1988.

PÊCHEUX, Michel. A língua inatingível. In: Orlandi, E. (Org) **Análise de Discurso: Michel Pêcheux**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011

RIBEIRO, Darcí. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil**. São Paulo, SP: Global Editora, 1970

SILVA, Denise. O trabalho de política linguística e cultural junto ao povo Terena. **Curso de Extensão Política linguística e retomada/revitalização de línguas indígenas: um tributo a Aritana Yawalawapiti**, 2020. <https://www.youtube.com/c/LABEDIS>

SOUZA, Tania C. C. de. **Discurso e Oralidade** - um estudo em língua indígena. 1994. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas, 1994

SOUZA, Tania C. C. de. Línguas indígenas, fronteiras e silenciamento. **Língua e Instrumentos Linguísticos**. v. 24, n. 48. P. 132-150, julho/2021

SOUZA, Tania C. C. de. Povos originários: entre a língua de direito e o direito à língua. **Língua e Instrumentos Linguísticos**. v.26, p.13 - 26, dez/2022a.

SOUZA, Tania C. C. de. Política Linguística, Política de Línguas Indígenas e línguas silenciadas. *In*: Figueiredo, Alexandra A. de A. *et al.* **Políticas Linguísticas e as línguas indígenas brasileiras**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022b

SOUZA, Tania C. C. de. Políticas de escrita, políticas de pesquisa e línguas em confronto. *In*: ROSÁRIO, Ivo da Costa; ESTEVES, Phelipe M. da Silva. **Estudos de linguagem: (re) construindo políticas de pesquisa**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2024.

Torchí, Gicelma da Fonseca Chacarosqui *et al.* Interculturalidade, Crítica Rizomática e Línguas de Fronteira no MS Brasil. **Língua e Instrumentos Linguísticos, Campinas, SP**, v. 24, n. 48, p. 129-131, jul./dez., 2021

Recebido em 15 de setembro de 2024

Aceito em 18 de novembro de 2024